



INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04 de 08 de 2014

GEYAR FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO

DA COMARCA DE CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04 de 08 de 2014

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO

DA COMARCA DE CAMPO GRANDE - MATO GROSSO DO SUL

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04 de 08 de 2014

II – Conselho Fiscal; e

III - Diretoria Executiva.

a) Diretor Presidente.

b) Diretor Administrativo-Financeiro.

1. Gerência de Compras;
2. Gerência de Recursos Humanos.

c) Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

1. Gerência de Concursos;
 - 1.1. Coordenação de Concursos;
 - 1.2. Coordenação do Detran.
2. Gerência de Projetos.

Parágrafo único – Os órgãos de governança e administração da Fapec adotarão práticas de gestão necessárias e suficientes a coibir a obtenção, por qualquer um, de forma individual e coletiva, de benefícios ou vantagens pessoais, em decorrência da participação em processos decisórios.

CAPÍTULO IV

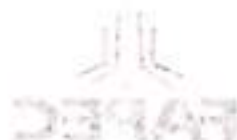
DO CONSELHO DE CURADORES

Artigo 5º - O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo, de jurisdição superior, responsável pela direção e fiscalização da Fundação, cuja composição será feita na forma prevista pelo Art. 15 do Estatuto Social da Fapec.

§ 1º - O Conselho de Curadores será presidido por um Presidente e, na sua ausência, um Vice-Presidente, ambos indicados pelo Reitor e aprovados pelo Conselho Universitário da UFMS (COUN).

§ 2º - A posse do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho Curador será feita pelo Reitor da UFMS, mediante termo de posse e compromisso, assinado em livro próprio, independentemente de qualquer caução ou garantia de responsabilidade de sua gestão.

§ 3º - A posse dos demais membros do Conselho de Curadores, inclusive em caso de substituição, será feita pelo Presidente do Conselho de Curadores, mediante termo de posse e compromisso, assinado em livro próprio, independentemente de qualquer caução ou garantia de responsabilidade de sua gestão.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N. 1/2003, que dispõe sobre a atuação do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04 de 09 de 2012.

GEVÂNIR FERREIRA LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

§ 4º - O Vice-Presidente substituirá o Presidente em seus impedimentos ou ausências, assumindo temporariamente o exercício da Presidência.

§ 5º - Nos impedimentos ou ausências do Presidente e do Vice-Presidente, a Presidência do Conselho de Curadores será exercida pelo Conselheiro de maior tempo contínuo no desempenho da função no Colegiado e, em caso de empate, pelo de maior idade.

§ 6º - Os casos inerentes a substituição, designação e recondução dos membros do Conselho de Curadores serão tratados na forma estabelecida pelos artigos 16 e 17 do Estatuto Social da Fapec.

§ 7º - Para participação nas reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho de Curadores, aos Conselheiros do interior, com antecedência mínima de 24 horas à reunião designada, será paga indenização inerente aos gastos de deslocamento e diária, em tabela a ser fixada pelo Diretor Administrativo-Financeiro.

Artigo 6º - Os mandatos do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho de Curadores serão de quatro anos.

Parágrafo único – Os mandatos a que se refere este artigo serão extintos caso o Presidente ou o Vice-Presidente do Conselho de Curadores fiquem privados de sua condição de Conselheiro, por término ou por perda do respectivo mandato.

Artigo 7º - O Conselho de Curadores se reunirá, ordinariamente, uma vez por semestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho ou por um quinto de seus membros.

§ 1º - Toda e qualquer convocação para as reuniões do Conselho de Curadores será feita por meio de comunicação escrita e assinada pelo Presidente do Conselho, enviada por e-mail ou entregue com recebido de entrega, com ao menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de sua realização, observando o seguinte:

I – Deverá constar na convocação a indicação de horário, data, local e Ordem do Dia, bem como uma cópia da ata da reunião anterior para apreciação dos membros;

II – Em casos especiais, sem observância do prazo previsto, poderá ser incluída na pauta da reunião designada, Ordem do Dia suplementar.

§ 2º - Na hipótese de não existir a presença de maioria absoluta de seus membros para a instalação dos trabalhos, será convocada nova reunião, havendo, entre a data dessa e a da anterior, um lapso de tempo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas.

GEY AIR DEFENSE LIMA JR.
FROM THE GUESTS

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

**49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor**

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/05/2010.

GEVANI FERREIRA LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

§ 3º - Em seguida, o Conselho apreciará assunto do Expediente.

§ 4º - Ato contínuo, serão discutidos os assuntos constantes da Ordem do Dia, observada a sequência da pauta, podendo, contudo, o Presidente, a seu critério ou atendendo à solicitação de Conselheiro, fazer inversões ou conceder preferências.

§ 5º - Quando necessário, a Ordem do Dia poderá preceder o Expediente.

Artigo 14 – O Conselho de Curadores somente deliberará sobre assunto de pauta prévia e devidamente informada, salvo na hipótese do art. 12, § 3º, deste Regimento.

Parágrafo único – Os expedientes submetidos à apreciação do Conselho poderão ser instruídos com a proposta e/ou manifestação da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal ou de parecer jurídico, quando necessários ao exame do assunto.

Artigo 15 – Em qualquer momento da reunião, o Presidente, ouvidos os Conselheiros, poderá retirar assuntos da pauta para:

- a) reexame;
- b) instrução complementar;
- c) fato superveniente;
- d) pedido de vista.

§ 1º - Os pedidos de vista deverão ser justificados, cabendo ao Presidente a decisão e a fixação do respectivo prazo.

§ 2º - Os assuntos retirados de pauta terão andamento urgente, devendo ser incluídos entre os que constarão da Ordem do Dia da reunião subsequente.

§ 3º - As questões de ordem suscitadas durante as reuniões serão resolvidas de plano pelo Presidente.

Artigo 16 – Serão observados, para a votação, os seguintes preceitos:

I – a votação será aberta e simbólica, realizada por contagem simples;

II – a votação aberta poderá ser nominal caso algum Conselheiro assim o requerer, a juízo do Conselho.

§ 1º - A presença dos Conselheiros que se abstiverem de votar será computada para efeito de *quórum*.



FABEC

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/11/2012

GIVANDERLENE LIMA JR.
PROFESSOR DE DIREITO

§ 2º - Nas atas, deverão ser registrados o número de votos favoráveis, contrários, em branco, nulos e as abstenções.

Artigo 17 – A ata da reunião deverá conter:

- I – natureza da reunião, dia, hora, local de sua realização e nome de quem a presidiu;
- II – nome dos Conselheiros presentes e dos ausentes;
- III – discussão, caso haja, sobre a ata da reunião anterior, sua votação e, eventualmente, as retificações aprovadas;
- IV – os assuntos surgidos no Expediente;
- V – a síntese das discussões, as propostas apresentadas e o resultado da votação de cada assunto da Ordem do Dia;
- VI – outras ocorrências cujo registro seja considerado indispensável.

CAPÍTULO V

DO CONSELHO FISCAL

Artigo 18 – O Conselho Fiscal será composto de três integrantes efetivos e três suplentes, com mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único - Os membros do Conselho Fiscal serão escolhidos entre servidores efetivos ou aposentados da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, indicados pela Reitoria da UFMS, e eleitos na forma estabelecida pelo Art. 20 do Estatuto Social da Fapec.

Artigo 19 – A matéria discutida nas reuniões do Conselho Fiscal constará em ata lavrada por secretário designado pelo Presidente do Conselho Fiscal, assinada pelos presentes e registrada perante a serventia notarial competente, após aprovação da Promotoria de Justiça das Fundações do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Artigo 20 – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente, uma vez por trimestre, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho Fiscal ou para responder a solicitação do Presidente do Conselho de Curadores.

Parágrafo único - Toda e qualquer convocação para as reuniões do Conselho Fiscal será feita por meio de comunicação escrita e assinada pelo Presidente do Conselho, enviada por e-mail ou entregue com recebido de entrega, com ao menos 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da data de sua realização, observando o seguinte: deverá conter na convocação, a indicação de



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/03/2014

GEVÂNIO FERREIRA LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

horário, data, local e Ordem do Dia, bem como uma cópia da ata da reunião anterior para apreciação dos membros.

Artigo 21 - O Presidente do Conselho Fiscal terá voto de desempate.

Artigo 22 - O Conselho Fiscal prestará contas da fundação ao Ministério Público Estadual, na forma estabelecida pela legislação vigente, conforme Resolução ou Portaria anualmente publicada pelo respectivo órgão de fiscalização e nos termos que dispõe o Art. 35 do Estatuto Social da Fapec.

CAPÍTULO VI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 23 - A Diretoria Executiva da Fundação é o órgão de administração executiva, constituída pelo Diretor-Presidente, pelo Diretor Administrativo-Financeiro e pelo Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, todos com mandato de quatro anos, via contrato de trabalho com a fundação, podendo haver somente uma recondução por igual período.

Artigo 24 - A Diretoria Executiva atuará de forma integrada por seus diretores, competindo ao órgão de administração executiva, conforme cada pasta e atribuição, dirigir:

I - a Assessoria de Comunicação;

II - a Assessoria Contábil;

III - a Assessoria Jurídica;

IV - a Assessoria Científica;

V - as Gerências;

VI - as Coordenações;

VII - os Analistas.

§ 1º - A Assessoria Científica será composta por representantes *ad hoc* das diversas áreas do conhecimento, de reconhecido valor na comunidade científica.

§ 2º - Os membros *ad hoc* da Assessoria Científica deverão analisar as demandas encaminhadas à Diretoria de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, emitindo parecer quanto a seu mérito, recomendando ou não sua execução.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

DE MATO GROSSO DO SUL

49ª Promotoria de Justiça

das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N. 1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, **AUTORIZO** o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/03/14

GEVAIR FREIRE LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

Artigo 25 – Além das atribuições previstas no Estatuto, cabe à Diretoria Executiva julgar as prestações de contas dos auxílios concedidos pela Fundação.

Artigo 26 – A Diretoria Executiva só poderá funcionar com a presença mínima de dois Diretores.

§ 1º – Na ausência do Diretor-Presidente, o Diretor Administrativo-Financeiro presidirá temporariamente a Diretoria Executiva.

§ 2º – Na ausência do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, o Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação presidirá temporariamente a Diretoria Executiva.

Artigo 27 – O Diretor-Presidente indicará, entre os gerentes, os coordenadores ou os analistas da Fapec, aquele que o substituirá em sua ausência em caso de impedimento simultâneo do Diretor Administrativo-Financeiro e do Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

§ 1º – O substituto indicado pelo Diretor-Presidente deverá estar no quadro de servidores da Fapec há, no mínimo, 2 (anos).

§ 2º – Para o exercício das atribuições financeiras e fiscais, em especial a assinatura de cheques e liberação de pagamentos, na ausência simultânea do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, o Diretor Presidente indicará, entre os gerentes, os coordenadores ou os analistas da Fapec, aquele que o substituirá, assumindo responsabilidade solidária pelos atos praticados na sua ausência.

Artigo 28 – A Diretoria Executiva deverá anualmente deliberar sobre a indicação de procuradores gerais e específicos, devendo a procuração, que será firmada por dois membros designados da Diretoria Executiva, indicar com clareza o ato ou atos que constituirão o objeto, fixando o prazo de validade pelo período máximo de 1 ano.

CAPÍTULO VII

ELEIÇÃO E POSSE DA DIRETORIA EXECUTIVA

Artigo 29 – Conforme estabelecido no artigo 22 do Estatuto Social da FAPEC, a Fundação será administrada pela Diretoria Executiva constituída por um Diretor Presidente, um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação, eleitos pelo Conselho de Curadores.

§ 1º – Cabe ao Presidente do Conselho de Curadores e ao Reitor da UFMS indicarem, em igual número, os nomes das pessoas que concorrerão à eleição dos cargos de Diretor Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

DEF 47

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N. 1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/03/2014.

GEVÂNIO PEREIRA LIMA JR.
PROFESSOR DE DIREITO





§ 2º - A eleição dos Diretores será realizada em Reunião Ordinária do Conselho de Curadores, por votação de dois terços de seus membros.

§ 3º - O Presidente do Conselho de Curadores fará a posse dos Diretores Eleitos, mediante termo de posse e compromisso, assinado em livro próprio, independentemente de qualquer caução ou garantia de responsabilidade de sua gestão.

Artigo 30 – Os Diretores que estiverem no curso de um segundo mandato consecutivo de até quatro anos serão inelegíveis.

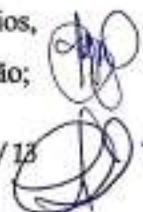
Parágrafo único – Para assegurar uma efetiva transição, o Conselho de Curadores votará três meses antes do término do contrato dos Diretores.

CAPÍTULO VIII

DO DIRETOR PRESIDENTE

Artigo 31 – Ao Diretor Presidente compete:

- I - representar a Fundação ativa e passivamente, em juízo ou fora dele;
- II - firmar e assinar contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres, em nome da Fundação, juntamente com o Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;
- III - coordenar e supervisionar a administração da Fundação, fazendo executar as resoluções da UFMS, os atos normativos da Fundação, o Estatuto Social e este Regimento, bem como as deliberações do Conselho de Curadores;
- IV - em casos de urgência e necessidade justificada, atuar *ad referendum*, com posterior comunicação ao Conselho de Curadores;
- V - efetuar a abertura e fechamento de instituições, entidades e quaisquer órgãos ou organismos dependentes da Fundação;
- VI - controlar, promover, remover e dispensar empregados e pessoal técnico especializado, fixando-lhes a remuneração e atribuições de acordo com o praticado no mercado;
- VII - controlar reparos e construções, bem como a aquisição de equipamentos, instrumentais e todo e qualquer material destinado a fundação;
- VIII - promover e assinar a abertura de contas específicas para a celebração de convênios, instrumentos congêneres e contratos gerenciados, administrados e/ou executados pela fundação;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**

49ª Promotoria de Justiça

das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/03/2016.

GEVAIR PETERFIRA LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA

IX - estabelecer normas, atos normativos internos e mecanismos de ação necessários a consecução dos objetivos e metas da Fundação;

X - articular-se com órgãos, entidades públicas e privadas, visando a melhoria de condições de funcionamento e de utilização do patrimônio da Fundação;

XI - celebrar contratos atinentes a locação de bens móveis e imóveis destinados ao atendimento da fundação;

XII - ratificar os contratos de prestação de serviços, convênios e instrumentos congêneres firmados pelo Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação;

XIII - articular-se com as unidades e demais setores da Fundação, visando assegurar as ações de apoio administrativo no menor tempo, consideradas as exigências do atendimento prioritário;

XIV - zelar pelo cumprimento e pela observância das diretrizes e normas emanadas pelo Conselho de Curadores da Fundação;

XV - zelar pela vivência comunitária na fundação, em consonância com os princípios morais da sociedade e os ditames da lei.

Parágrafo único: o Diretor Presidente poderá delegar competências executivas aos gerentes da fundação.

CAPÍTULO IX

DO DIRETOR ADMINISTRATIVO FINANCEIRO

Artigo 32 – Ao Diretor Administrativo-Financeiro Compete:

I - Substituir o Diretor Presidente sempre que necessário, nos casos de impedimentos legais, viagens e licenças;

II - fixar a tabela de preços dos serviços que devem ser cobrados pelas instituições e entidades mantidas pela fundação;

III - elaborar, coordenar e executar todas as normas operacionais e ações administrativas, financeiras e patrimoniais da Fundação, respeitando-se o previsto na legislação vigente;

IV - zelar pela boa ordem da execução e registro dos atos e fatos financeiros e contábeis da Fundação e pela correta aplicação dos seus recursos;



DEPEC

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/03/22

GEVAILDINNEIRA LIMA JR.
PROFESSOR DE DIREITO



V - ser responsável pela gestão, direção, funcionamento e fiscalização dos setores de Recursos Humanos e Compras da Fundação;

VI - dirigir e fiscalizar os serviços de contabilidade;

VII - exercer a função de administrador dos recursos humanos e materiais da Fundação, coordenando, supervisionando e executando as atividades de cadastro de pessoal, admissão, demissão, pagamento e cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas;

VIII - acompanhar e realizar o recolhimento de tributos, garantindo a regularidade fiscal e tributária da fundação;

IX - realizar operações de crédito, desde que não onerem o patrimônio e os bens imóveis da fundação;

X - assinar e enviar relatório, balanço financeiro semestral e certidões atualizadas da fundação ao Conselho de Curadores e ao Conselho Fiscal;

XI - assinar e enviar relatório e balanço financeiro e patrimonial anual ao órgão especial do Ministério Público Estadual que fiscaliza as fundações;

XII - manter a escrituração da Fundação em perfeita ordem, bem como manter atualizada a documentação dos atos contabilizados;

XIII - gerenciar a prestação de contas de projetos, convênios e instrumentos congêneres;

XIV – após finalização das prestações de contas e realização de todos os pagamentos previstos nos contratos, convênios, instrumentos congêneres, e planos de trabalho, encaminhar o processo ao Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação para promoção de encerramento e arquivo.

Parágrafo único – As operações financeiras ou de crédito que onerem o patrimônio financeiro e imóvel da fundação, somente serão realizadas mediante deliberação da Diretoria Executiva.

CAPÍTULO X

DO DIRETOR DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO

Artigo 33 – Ao Diretor de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação compete:

I - responder integralmente pela Diretoria Executiva na ausência simultânea do Diretor Presidente e do Diretor Administrativo-Financeiro, substituindo-os nos atos essenciais ao funcionamento da Fundação;

RECIBO

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N.
1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da
Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, **AUTORIZO**
o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/02/2025.

GENAIR ESTRELA LIMA JR.
PROMOTOR DE JUSTIÇA



- II - fazer o contato externo e efetuar a prospecção e captação de projetos e, contratos de prestação de serviços;
- III - firmar e assinar contratos, convênios, acordos, ajustes e instrumentos congêneres em nome da Fundação, juntamente com o Diretor Presidente;
- IV - o comando e a administração das gerências de projetos e concursos, bem como as coordenações a elas interligadas;
- V - fazer gestão junto a UFMS para a formulação de convênios, instrumentos congêneres e a execução dos projetos;
- VI - manter contato direto com os Pesquisadores, Técnicos e Professores da UFMS;
- VII - assinar e encaminhar propostas de convênios, instrumentos congêneres, e contratos de prestação de serviços;
- VIII - negociar valores e celebrar contratos de prestação de serviços, convênios e instrumentos congêneres, tendo autonomia para assinar os instrumentos jurídicos pertinentes, que posteriormente serão submetidos a ratificação do Diretor Presidente;
- IX - encaminhar ao Diretor Administrativo-Financeiro despacho determinando os pagamentos a serem realizados em cada projeto ou contrato, conforme previsão dos termos de referência e planos de trabalho respectivos;
- X - planejar e executar os trabalhos da Fundação, de acordo com os planos de trabalho, os programas e o orçamento anual;
- XI - efetuar a escolha das pessoas e empresas que prestarão serviços para execução dos projetos, respeitando os limites e as condições impostas pela Lei n. 8.666/93 ou a lei que a suceder;
- XII - estabelecer mecanismos, procedimentos e técnicas para melhor execução das atividades e ações de sua área de competência.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 34 – O Mandato do Conselho de Curadores, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva coincidirão com o período de mandato do Reitor da UFMS.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DE MATO GROSSO DO SUL**
49ª Promotoria de Justiça
das Fundações e do Terceiro Setor

Para os efeitos do disposto no § 2º do artigo 722 do Provimento N. 1/2003, que dispõe sobre a atualização do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça de Mato Grosso do Sul, AUTORIZO o registro deste documento.

Campo Grande (MS), 04/02/2014.

GEVANA FERREIRA LIMA JR.
Promotor de Justiça



Parágrafo único - O mandato atual será encerrado em 26 de janeiro de 2021, tendo a característica de mandato tampão, ou seja, não será computado como mandato integral para efeitos da recondução prevista no Estatuto Social da FAPEC e neste Regimento.

Artigo 35 – É vedado ao Conselho de Curadores, ao Conselho Fiscal e à Diretoria Executiva manifestar-se sobre assuntos que não se relacionem com os objetivos da Fundação.

Artigo 36 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho de Curadores.

Artigo 37 – Este Regimento entrará em vigor na data de sua aprovação.

Artigo 38 – Revogam-se as disposições em contrário.

Fundação de Apoio à Pesquisa, ao Ensino e à Cultura – Fapec, Campo Grande, aos 29 de novembro de 2019.


Rosana Cristina Zanelatto Santos

Presidente do Conselho de Curadores


Morgana Bordinhon Krein

Procuradora Jurídica da FAPEC – OAB nº 19973 MS

4º OFÍCIO
DE NOTAS E TDF
DE CAMPO GRANDE - MS

Rua Marechal Rondon, 1616 Centro - CEP: 79060-300
Fone: (51) 3322-4400 - Campo Grande / MS
CNPJ: 05.762.914/0001-33
Site: www.4oficio.net.br, email: contato@4oficio.net.br

Documento apresentado para AVERBAÇÃO: Protocolo nº 425111 no Livro A-40 em 10/03/2020. Averbação no Reg. nº 53372 no Livro A de Registro Civil das Pessoas Jurídicas em 27/03/2020.

SELO DIGITAL: ACK98145-991-NOR

Consultar o Selo no site: <http://www.wtjms.jus.br/corregedoria/selo/spesquisaselo.php>

Emolumentos: R\$ 47,00; Funjusc 5%: 2,35; Funjusc 10%: 4,70; Funadep 5%: 2,35; Funde-ROE 4%: 1,88; FEADMP 10%: 4,70; ISS 5%: 2,35 - Selo: 1,50 - Em Test. da verdade


Layza Silva de Souza
ESCREVENTE

4º OFÍCIO DE NOTAS E TDF
DE CAMPO GRANDE - MS

Protocolo: 425111

Apresentação: 10 MAR 2020

Espécie: AVERBAÇÃO

